

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Presidente da operação brasileira anunciou plano de R\$ 150 milhões

Google amplia investimentos e projetos no país

A quarta edição do Google for Brasil, evento anual em que a empresa faz um balanço de suas operações e apresenta perspectivas para o futuro, reforçou a disposição da big tech em ampliar investimentos no país. Entre as iniciativas anunciadas no encontro estão a abertura de um novo escritório em São Paulo, em 2022, e a inauguração de um Centro de Engenharia em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da Universidade de São Paulo. O espaço deverá se dedicar, principalmente, ao desenvolvimento de projetos relacionados a privacidade e segurança on-line. Além disso, Fábio Coelho, presidente da operação brasileira do Google, anunciou o plano de investir R\$ 150 milhões em medidas para ampliar o acesso dos brasileiros a informações oficiais sobre vacinas, apoiar comunidades afetadas pela pandemia e combater a fome. Em um país de enormes carências, ações como essas são fundamentais.

Reprodução



Na Apple, você compra agora e paga depois

A Apple decidiu entrar firme no segmento "buy now, pay later", como são chamadas as compras parceladas de curtíssimo prazo. Chamado Apple Pay Later, o serviço recém-lançado permitirá ao usuário fazer compras nos estabelecimentos que aceitam o Apple Pay, e parcelar o pagamento em até quatro vezes dentro de um prazo de seis semanas. Os valores dos créditos serão baixos: no máximo US\$ 1 mil, a depender do perfil do cliente. A missão do projeto é diversificar as fontes de receitas.

Rede de supermercados autônomos Zait expande operação

Os supermercados autônomos estão em alta no Brasil. Nesses estabelecimentos, o cliente não passa no caixa — toda a jornada, desde a entrada, é feita com a leitura de QR Code no aplicativo da loja e é a pessoa que finaliza a compra, também pelo app. Líder do setor no Brasil, a Zait deverá inaugurar três unidades em junho (Goiânia, João Pessoa e São Bernardo do Campo). Com isso, serão 21 endereços no país, um crescimento de 360% em apenas um ano. A meta é chegar a 500 franquias até dezembro de 2023.

CNI leva propostas aos candidatos à presidência

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentará, nos próximos dias, uma série de propostas na área econômica para os pré-candidatos à presidência da República. Segundo a entidade, as sugestões deverão se concentrar nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, energia e transportes, além de abordar questões regulatórias. Não se trata de uma iniciativa inédita. Desde o pleito de 1994, a CNI produz documentos desse tipo. Resta saber se os candidatos darão atenção às ideias.

1,6%

é quanto o PIB brasileiro vai crescer em 2022, segundo projeção do Itaú Unibanco. Na estimativa anterior, o banco apontava para um crescimento de 1%



O poder só sobe à cabeça quando encontra o local vazio"

Ciro Pellicano, publicitário brasileiro

RAPIDINHAS

» A Amazon escolheu a cidade de Lockerford, na Califórnia, para iniciar as entregas de mercadorias por drones. A razão é óbvia: o lugar conta com apenas 3,5 mil habitantes, o que torna as operações aéreas mais fáceis e seguras. Segundo a empresa, os drones começarão a deixar encomendas nos quintais dos clientes a partir do quarto trimestre do ano.



» O Brasil fez bonito no tradicional ranking dos maiores produtores de frango do mundo elaborado pela publicação americana Watt Poultry International. Segundo a lista, as duas primeiras posições são ocupadas por JBS e BRF, respectivamente. A americana Tyson Foods, outra gigante do setor, ocupa a terceira posição.

» Já que a inclusão avança em ritmo lento, o jeito é torná-la obrigatória. As autoridades da União Europeia estabeleceram a cota de 40% para mulheres nos conselhos de administração das empresas de capital aberto até 2026. Atualmente, o índice é de 30%, mas está estagnado nesse patamar desde 2018. É hora de quebrar barreiras.

» O Mercado Livre vai investir R\$ 24 milhões no programa ambiental Regenera América, que atua na recuperação dos principais biomas da América Latina, região que abriga 40% da biodiversidade do planeta. Brasil e México receberão a maior parte dos recursos. Um dos projetos consiste na regeneração da Mata Atlântica.

ELETOBRAS

Governo oficializa privatização

Ministro da Economia critica oposição e afirma que, fora do controle estatal, empresa ampliará investimentos

» MICHELLE PORTELA

A privatização da Eletrobras, maior empresa nacional do setor elétrico, foi oficializada e comemorada pelo governo em cerimônia, ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), com a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL) e vários auxiliares do primeiro escalão. No evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a passagem do controle acionário para o setor privado vai destravar os investimentos de que o país precisa no setor elétrico.

"A Eletrobras agora está livre, está capitalizada. Ela é a garantia da segurança energética do Brasil nessa dimensão renovável", afirmou o ministro. Ele lembrou que a companhia precisava investir R\$ 15,7 bilhões por ano para manter a fiação de mercado, mas não conseguia investir R\$ 3 bilhões. Em tom de campanha, Guedes aproveitou para criticar a oposição.

De acordo com o ministro, a

estratégia vai estar no discurso de campanha para a reeleição do presidente, quando algum candidato da oposição afirmar que o governo "está vendendo o patrimônio do Brasil". E a resposta será a seguinte: "Vocês quebraram o Brasil e desviaram recursos. O Brasil foi assaltado. O que vamos fazer é o contrário. Recuperamos essas empresas e vamos deixar o legado para as gerações futuras", disse.

Segundo ele, a partir de agora, a companhia poderá investir nas fazendas de energia eólica pela costa brasileira. "Estamos devolvendo essa liberdade para voar", afirmou.

Criada em 1961 com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica aos brasileiros, a Eletrobras é a maior empresa nacional do setor, responsável por quase um terço da energia gerada no país e mais de 40% das linhas de transmissão.

A capitalização da companhia com a oferta de novas ações a investidores privados movimentou um total de R\$ 33 bilhões. O

Alan Santos/PR



Bolsonaro toca a campanha na Bolsa de São Paulo: cerimônia em tom de campanha eleitoral

plano apresentado à Comissão de Valores Monetários (CVM) era reduzir a participação da União de 72% para 45%. No entanto, até o momento, a empresa não

informou a nova composição acionária.

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, afirmou que a recuperação financeira da

companhia, nos últimos anos, contribuiu para o resultado da capitalização. Gustavo Montezano, presidente do BNDES, instituição que elaborou o modelo

de capitalização, afirmou que "o tempo vai mostrar a magnitude desse momento".

Ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também compareceu à cerimônia e dividiu a tribuna com o atual titular da pasta, Adolfo Sachsida. E lembrou que "a nova corporação terá a obrigação de investir R\$ 8,7 bilhões nas regiões do Norte e Nordeste. Em palavras simples, o Brasil venceu", disse.

Protesto

Enquanto ministros, investidores e o presidente da República selavam a primeira grande privatização da atual administração federal, manifestantes se concentraram em frente a sede da B3 para criticar o governo e o valor da cota de luz. Alguns levantaram cartazes com dizeres "Fora Bolsonaro", "Fora Guedes" e "O preço da luz é um roubo". A concentração contou com a participação de petroleiros, sindicalistas, atingidos por barragens e trabalhadores sem teto. (Colaborou Rosana Hessel)

PLANOS DE SAÚDE

Movimento no Congresso contra "rol taxativo"

Pelo menos 14 senadores e mais de 50 deputados federais estão mobilizados para mudar as regras que definem o atendimento dos clientes por planos de saúde privados. A articulação ocorre após o Superior Tribunal

de Justiça (STJ) decidir, na semana passada, que o rol de procedimentos elaborado periodicamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é taxativo, ou seja, que as operadoras não são obrigadas a arcar

com itens fora da lista.

Os parlamentares alegam que a decisão do STJ pode ampliar os casos de recusa de tratamento, sobretudo daqueles considerados especiais.

Os 14 senadores representam 17% dos 81 membros do Senado, mobilizados em torno de pelo menos 10 projetos de lei contrários à decisão do STJ. Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (MDB-ES) e Flávio Arns (Podemos-PR) apresentaram projetos

determinando que o rol de procedimentos e eventos em saúde editado pela ANS terá "caráter exemplificativo", o que abre a possibilidade de tratamentos não previstos pela agência.

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), portadora de deficiência, criticou a decisão do STJ no plenário do Senado. "Essa perda absurda que a gente teve acaba afetando não só milhares de pessoas com deficiência no país, mas também as pessoas com

autismo, as pessoas com doenças raras e com outras doenças crônicas. Todos esses cidadãos correm o risco de terem suas terapias excluídas da cobertura dos planos", disse.

Pai de uma menina com Síndrome de Down, o senador Romário (PL-RJ) é autor de um dos projetos que contesta o STJ. Ele afirmou que a decisão da Corte pode causar tragédias. "Poderá custar a vida de muitas pessoas, além de todo o imenso impacto

negativo que milhares de pacientes e suas famílias vão enfrentar ao terem suas terapias e medicações suspensas". Para ele, trata-se de "um verdadeiro retrocesso na garantia dos direitos da população brasileira".

Na Câmara dos Deputados, 51 parlamentares de 11 partidos, que correspondem a 10% dos mandatos na Casa, já apresentaram ao menos 18 projetos de lei para garantir atendimento a procedimentos que não estão na lista da ANS.